

Senhores Acionistas e Administradores: Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2019. A HS Financeira SA – Crédito, Financiamento e Investimentos é uma Instituição Financeira, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil desde 2005 e está ligada ao Grupo Herval, tradicional Grupo Empresarial Gaúcho composto de um complexo de atividades industriais e serviço com 60 anos de atividades empresariais. Assim, a HS Financeira S/A tem sua atuação voltada para soluções de crédito ligado ao consumo e apoio a gestão financeira de pessoas e empresas. Nesse sentido, seus principais produtos são: Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Empréstimo Pessoal - CP, Cartão de Crédito, Antecipação de Recebíveis e Capital de Giro. De outro lado, através da emissão de Letras de Câmbio, possibilita ótimas alternativas de investimentos com rentabilidade e segurança na Instituição. A HS mantém esforços contínuos na consolidação e aprimoramento das suas estruturas de administração, adequando permanentemente suas ações às políticas eleitas para o desenvolvimento do negócio. A estrutura de gerenciamento possibilita que os riscos sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente e o processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas, que estabelecem diretrizes e condutas a serem observadas e aplicadas a cada operação, dada a sua natureza. Em face das circunstâncias mercadológicas, haja vista o comportamento da economia brasileira, e das variáveis de rendas, emprego e endividamento a HS ajustou, em níveis compatíveis de risco, a sua oferta de crédito. Para tanto, novas modelagens foram implementadas, tecnologias adicionadas, produtos redesenhados, metodologia de cobrança atualizada e nova governança estabelecida, o que possibilita novas práticas e a preparação para saltos de qualidade, em produtos e serviços, nos próximos exercícios. Portanto, todo este esforço refletirá em melhor eficiência operacional e, por consequência, melhores resultados futuros, além de maior transparência organizacional e maior robustez competitiva. A HS Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução dos negócios e, como sempre, disponível para esclarecimentos adicionais, que se fizerem necessários.

Dois Irmãos, 23 de agosto de 2019.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)					
	30/06/19	30/06/18			
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	168.067	217.225	Circulante	32.938	63.570
Disponibilidades	54	108	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 7)	20.373	25.143
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	64.503	83.904	Recursos de aceites cambiais	20.373	25.143
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	4	389	Outras obrigações	12.565	38.427
Operações de crédito	84.096	99.973	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	97	72
Operações de crédito setor privado (Nota 5)	103.609	121.922	Sociais e estatutárias	6	7.000
Provisão para crédito de liq. duvidosa (Nota 5)	(19.513)	(22.019)	Fiscais e previdenciárias	567	416
Outros créditos	19.198	32.698	Diversas (Nota 8)	11.901	30.939
Adiantamentos diversos	7	44			
Impostos e contr. a compensar (Nota 6)	1.385	343	Exigível a longo prazo	67.373	87.543
Títulos e créditos a receber (Nota 5)	19.678	36.699	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 7)	66.680	85.702
Provisão para outros créditos (Nota 5)	(2.965)	(5.439)	Recursos de aceites cambiais	66.680	85.702
Devedores diversos	913	1.051	Outras obrigações (Nota 8)	693	1.841
Outros valores e bens	392	153	Diversas	693	1.841
Despesas antecipadas	392	153			
Realizável a longo prazo	2.864	4.698	Patrimônio líquido (Nota 12)	70.787	71.000
Operações de crédito	2.089	2.836	Capital social (Nota 12.1)	67.000	67.000
Operações de crédito setor privado (Nota 5)	2.356	3.541	de domiciliados no país	67.000	67.000
Provisão para crédito de liq. duvidosa (Nota 5)	(267)	(705)	Reservas de lucros (Nota 12.2)	3.787	4.000
Outros créditos	775	1.862	Reserva legal	189	3.180
Títulos e créditos a receber LP (Nota 5)	537	1.651	Reservas estatutárias	3.598	820
Provisão para outros créditos (Nota 5)	(3)	(27)			
Devedores para depósito garantia	241	238	Total do passivo e do patrimônio líquido	171.098	222.113
Permanente	167	190			
Imobilização de uso	121	123			
Imobilizações de uso	242	241			
Depreciações acumuladas	(121)	(118)			
Intangível	46	67			
Intangível	149	149			
Amortização acumulada	(103)	(82)			
Total do ativo	171.098	222.113			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)				
	Capital social	Reserva Legal	Res. Estatutárias	(Lucros) ou Prej. acum.
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.000	3.180	6.570	76.750
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(3.231)
Destinação:				
Juros sobre o capital próprio	-	-	(5.750)	5.750
Reserva estatutária	-	-	(5.750)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	67.000	3.180	820	71.000
Mutações do período	-	-	(5.750)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	67.000	189	3.598	70.787
Mutações do período	-	189	3.598	182

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: A HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, com sede em Dois Irmãos/RS tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos. Em 11 de junho de 2019, o quadro de acionistas da HS Financeira passou por alterações. Momento em que, os acionistas pessoa física, da família Crings, retiraram-se do quadro societário da empresa, vendendo suas ações aos sócios pessoa física, da família Seger. **2 Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conjunto com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de agosto de 2019. **3 Resumo das principais práticas contábeis:** Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos: **3.1 Moeda funcional e de apresentação** - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2 Aplicações financeiras de liquidez** - São registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas com as respectivas instituições financeiras e não superam o valor de mercado. **3.3 Títulos e valores mobiliários** - De acordo com a Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **3.3.1 Títulos para negociação** - Adquiridos com a intenção de serem ativamente e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **3.3.2 Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários. **3.3.3 Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **3.4 Operações de crédito, créditos com características de operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas depois de seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. **3.5 Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo** - Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indicador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos. **3.6 Ativo permanente** - Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica fixadas por espécie de bens. **3.7 Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo** - São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **3.8 Provisão para o imposto de renda e a contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a

RS 240 (R\$ 120 quando semestral), e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, para o semestre findo em 30 de junho de 2018 é calculada considerando a alíquota de 20%, conforme MP nº 675, convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015 com vigência até 31 de dezembro de 2018, para o semestre findo em 30 de junho de 2019 a alíquota usada é de 15%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **3.8.1 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: 3.8.1.1 Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **3.8.1.2 Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Empresa reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente, de: Processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica da Financeira. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais. São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o "valor do risco de perda" possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, estando divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação. **3.9 Apuração dos resultados** - As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **3.10 Estimativas** - Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Empresa incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A HS Financeira revisa as estimativas e as premissas periodicamente. **4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários:**

	Vencimento	30/06/19	30/06/18
Aplicação interfinanceira de liquidez			
Oper. comprom./posição bancada			
Depósito interbancário	Até 30 dias	43.452	33.009
Depósito interbancário	Até 01 ano	21.051	50.895
Total		64.503	83.904
Títulos e valores mobiliários			
Fundo de investimentos em cotas de Fundos de Investimento	Até 30 dias	4	389
Total		4	389

As aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são mantidas até o vencimento. Em 30 de junho de 2019 e 2018, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

	Vencimento	30/06/19	30/06/18
Saldo de caixa e equiv. de caixa			
Disponibilidades		54	108
Depósito Interbancário	Até 30 dias	43.452	33.009
Fundo de investimento em cotas de Fundo de Investimento	Até 30 dias	4	389
Total		43.510	33.506

5 Operações de crédito: A composição da carteira de operações de crédito por nível de risco e tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir: **5.1 Composição das operações de crédito por modalidade**

	30/06/19	30/06/18
Operações de crédito		
Financiamentos	75.574	85.794
Empréstimos	21.843	34.429
Outros créditos com características de concessão de crédito	20.215	38.348
Antecipação de recebíveis	8.548	5.312
Provisão para cred. de liquid. duvidosa - Créditos	(19.780)	(22.724)
Prov. p/ créditos de liq. duvidosa - Outros créditos	(2.968)	(5.466)
Total	103.432	135.693

5.2 Concentração dos maiores tomadores de crédito

	30/06/19	%30/06/18	%
Concentração das oper. de crédito			
10 maiores devedores	8.406	6,66	7,297
50 seguintes maiores devedores	1.907	1,51	2,737
100 seguintes maiores devedores	1.137	0,90	1,275
Demais devedores	114.730	90,93	152,574
Total	126.180	100,00	163.883

Demonstração do resultado Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
	30/06/19	30/06/18	
Receitas da intermediação financeira	26.461	29.726	
Operações de crédito (Nota 13)	24.274	27.306	
Rendimentos aplicação interf. de liquidez	2.187	2.420	
Despesas da intermediação financeira	(15.506)	(23.965)	
Operações de captação no mercado	(2.871)	(3.876)	
Provisão para créditos de liquid. duvidosa	(12.635)	(20.089)	
Resultado bruto da intermediação financeira	10.955	5.761	
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.635)	(7.629)	
Rendas de prestação de serviços (Nota 14)	1.505	1.489	
Despesas de pessoal	(1.710)	(1.647)	
Outras despesas administrativas (Nota 15)	(5.117)	(6.130)	
Despesas tributárias	(1.212)	(1.207)	
Total	4.316	(1.868)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.316	(1.868)	
Imposto de renda e contrib social (Nota 16)	(347)	(1.363)	
Imposto de renda e cont. social corrente	(347)	(1.363)	
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	3.969	(3.231)	
Juros sobre capital próprio (Nota 10)	-	(2.519)	
Quantidade de ações do capital (Nota 12.1)	67.000	67.000	
Lucro (prejuízo) líquido por ação R\$	0,06	(0,05)	

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)			
	30/06/19	30/06/18	
Fluxo de caixa das ativ. operacionais	3.969	(3.231)	
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre	3.969	(3.231)	
Ajustes ao resultado líquido			
Depreciação e amortização	27	31	
Despesas com prov. p/ crédito de liq. duvidosa	12.635	20.089	
Provisão aceites cambiais	2.871	3.875	
Resultado na venda de bens	5	2	
Despesa de imposto de renda e contrib. social (Reversão) Provisão para contingências	(53)	19	
Resultado líquido ajustado	19.801	22.148	
Variações nos ativos e nos passivos	(20.795)	(20.016)	
Operações de créditos	4.582	9.681	
Despesas antecipadas	33	288	
Outros créditos	200	410	
Total	3.969	(3.231)	

5.3 Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento			
	Em-títulos	Finan-	Outros
Vencimento	30/06/19	30/06/18	30/06/19
Vencidos	6.460	72	6.115
A vencer	8.696	8.054	33.453
Até 3 meses	8.696	8.054	9.022
De 3 a 12 meses	6.118	299	28.841
De 1 a 3 anos	538	123	1.660
Após 3 anos	31	5	5
Total da carteira	21.843	8.548	75.574
Circulante	21.274	8.425	73.909
Realizável a longo prazo	569	123	1.665
Total	21.843	8.548	75.574

5.4 Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa - Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, do Bacen.

	30/06/19	30/06/18
Níveis	Pessoa Jurídica	Pessoa Física
A	7.925	75.494
B	464	6.808
C	653	5.094
D	-	3.417
E	-	3.133
F	185	2.927
G	30	2.742
H	186	17.122
Total	9.443	116.737

5.5 Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa			
	30/06/19	30/06/18	
Saldo inicial	31.699	20.823	
Créditos baixados contra prejuízo	(21.586)	(12.722)	
Const. de prov. p cred. de liquidação duvidosa	12.635	20.089	
Saldo final	22.748	28.190	

6 Impostos e contribuições a compensar: 30/06/19 30/06/18			
IRPJ	768	47	
CSLL	617	51	
COFINS	-	244	
PIS	-	1	
Total	1.385	343	

7 Recursos de aceites cambiais: Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 102% a 115% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:			
A vencer até 3 meses	3.910	15.274	
A vencer de 3 a 12 meses	16.463	9.869	
A vencer de 1 a 3 anos	66.680	85.702	
Total	87.053	110.845	

8 Outras obrigações diversas 30/06/19 30/06/18			
Sociedades ligadas	8.556	24.576	
Cretores diversos - País (i)	2.757	6.931	
Fornecedores diversos	634	428	
Provisão p/ pagamentos a efetuar (ii)	420	496	
Provisão p/ passivos contingentes (iii) (Nota 9)	227	349	
Total	12.594	32.780	

mercado, liquidez e operacional. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas e o monitoramento é realizado através de relatórios e matrizes de controles operacionais apresentados a Diretoria e gestão com os planos de ação para tomadas de decisões estratégicas. Risco Operacional: Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 a estrutura de gerenciamento de risco operacional analisa as rela-

ções entre causa, evento e efeito para identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos operacionais, de forma a auxiliar a Empresa no atingimento de seus objetivos, no cumprimento dos limites estabelecidos, leis e regulamentos, bem como no tratamento de eventuais desvios. Risco de mercado: O processo de gerenciamento do risco de mercado da Instituição prevê a execução de ações de mensuração, monitoramento, reporte e controle do risco. A mensuração do

risco de mercado é realizada por meio da metodologia *Value at Risk* (VaR) e de testes de estresse para determinar a sensibilidade do capital da Empresa frente a movimentos extremos do mercado. Risco de crédito: As ferramentas utilizadas no gerenciamento do risco de crédito permitem a análise da qualidade da carteira de crédito da Instituição por meio de indicadores que consideram fatores como: concentração da carteira; inadimplência da carteira; monitoramen-

to da provisão; acompanhamento da carteira por faixas de atraso; monitoramento de operações aprovadas em caráter de exceção; dentre outros. Risco de liquidez: A HS Financeira gerencia o risco de liquidez através da sua identificação, mensuração e monitoramento, em um horizonte de tempo mínimo de 90 dias, a fim de mitigar a exposição da Instituição e antecipar eventuais desenquadramentos aos limites definidos na RAS.

Diretoria

José Agnelo Seger - Presidente

Edeni Malta da Silva - Diretor

Andrei Luis Seger - Diretor

Carlito Kirschner - Diretor

Darci Seger - Diretor

Jerrri Eduardo Luft - Contador - CRC RS-079444/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - O exame das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentado para fins comparativo, foi conduzido sob a res-

ponsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 22 de agosto de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pre-

tenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a

auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de agosto de 2019.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5Carlos Alexandre Peres
Contador CRC
CRC 1SP198156/O-7